

As identidades latino-americanas: itinerários metodológicos, história e historiografia

Identities in Latin America: Research methods, history and historiography

Luiz Fernando Silva Prado¹

lfsprado@yahoo.com.br

Resumo. Este artigo examina temas propostos pelas disciplinas *Identidades: percursos metodológicos e historiografia* e *Identidades – novas fronteiras, novas articulações* oferecidas pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás, entre os anos 2008 e 2009, enfatizando o papel das identidades latino-americanas como objeto de estudo e suas contribuições teórico-metodológicas e historiográficas.

Palavras-chave: identidades, América Latina, currículo e disciplinas.

Abstract. This article examines topics proposed by the disciplines *Identity: Methodological Pathways and Historiography* and *Socio-Cultural Identities – New Frontiers, New Connections*, offered by Graduate Program in History of the Federal University of Goiás in 2008 and 2009, emphasizing the role of Latin American identities as an object of study and their theoretical, methodological and historiographical contributions.

Key words: history, identity, Latin America, curriculum and courses.

A comemoração do bicentenário das independências hispano-americanas oportuniza, estimula e congrega, entre outras efemérides, reflexões e discussões sobre variados temas com o intuito de ampliar as múltiplas visões e leituras relativas à América Latina.

O presente artigo enseja uma delas: apontar itinerários metodológicos como possibilidades de pesquisa sobre as identidades e discutir dilemas e perspectivas da história e historiografia da América Latina no Brasil, visando à renovação da produção científica no campo dos estudos americanos. Isso se justifica graças à contemporaneidade e ao tratamento que se tem dado às identidades sociais e culturais nas investigações históricas.

Propõe-se como metodologia de trabalho o exame de tópicos discutidos nas disciplinas *Identidades: Percursos Metodológicos e Historiografia* e *Identidades – novas fronteiras, novas articulações* oferecidas em 2008 e 2009, respectivamente, pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, enfatizando o papel das *identidades* numa proposta curricular de História.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História pela UFG. Professor de História na Universidade Estadual de Goiás. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

A opção por esse procedimento metodológico diz respeito à tese de doutorado que o autor deste artigo vem desenvolvendo – História da História da América no Ensino Superior do Brasil –, utilizando, para tal fim, como fontes prioritárias textos oficiais programáticos. Isto porque se acredita no potencial dessas fontes para a realização da pesquisa e sua relevância documental quanto à sondagem investigativa.

Trata-se, assim, de um exercício preliminar para validar a eficiência dessa documentação. Com ela, pretende-se explicitar a opção metodológica que dá sustentação ao artigo, bem como a defesa de que o uso das fontes da pesquisa histórica em educação pode elucidar a peculiaridade e a demarcação de seu campo de conhecimento.

Foram selecionados os mencionados programas como documentação básica para uma investigação no campo da História da Educação, focando como objeto de estudo as identidades. Sua importância teórica na atualidade é confirmada pelos fragmentos dos textos a seguir relacionados:

[...] aprender a dinâmica dos conjuntos culturais [...] tais vias permitem explorar os ganhos já consideráveis da história demográfica, econômica e social e, ao mesmo tempo, ultrapassar a visão sem relevo imposta pela aparente exaustividade das estatísticas e pela rigidez dos modelos prontos (Gruzinski, 2003, p. 14–16).

En la década de los 70 dejamos de pensar las clases, para en la siguiente de los años 80 pensar los actores sociales (movimientos sociales); y en la década actual estamos ya urgidos a pensar la sociedad de los 90, sus fenómenos y procesos, en términos de identidades sociales (Parga, 1992, p. 11).

Imagens e Identidades; Identidades Sociais; Os Espelhos Distantes: América e os Discursos de Identidade e Alteridade; Intelectuais, Ensaísmo e Identidade; Olhares Diversos Sobre o México: Identidade, Cultura e Política; Fluxos de Identidades: os Diferentes Discursos Identitários no Continente Americano, Séculos XIX e XX; Chile: Cultura e Identidade; Contatos Intelectuais e Identidades Culturais².

Assim posto, infere-se que os trechos dos artigos de Gruzinski e Parga e os temas selecionados da ANPLHAC conferem na produção científica do conhecimento histórico de como a área dos estudos americanos tem assimilado a temática das identidades com o propósito de revigorar a pesquisa e o ensino em História da América.

Com esse artigo, pretende-se discutir questões postas pelos documentos referenciados, entre elas: como a história incorporou as identidades como possibilidade de alargar o seu campo de conhecimento; o papel e a relevância das identidades para a História da América, no geral, e as identidades americanas, no particular; o instrumental metodológico necessário para se trabalhar um tema de pesquisa que privilegie as identidades como eixo teórico e, finalmente, os dilemas históricos da historiografia latino-americana no Brasil.

O primeiro programa de curso *Identidades: novas fronteiras, novas articulações*, elaborado pela Dra. Libertad Borges Bittencourt, apresenta a seguinte Ementa: “A proposta da disciplina é ampliar as possibilidades de pesquisa e produção inscritas no campo das identidades. A reflexão perpassa a questão acerca do papel da linguagem na construção da identidade e da memória social na releitura do passado, culminando com a perspectiva das novas linguagens imagéticas na consolidação dessa reflexão.”

Para o desenvolvimento do conteúdo programático do curso a autora apresentou duas grandes unidades. Na primeira, *questão epistemológica*, objetivou-se discutir as grandes linhas teóricas de especialistas na temática, entre eles: Homi K. Bhabha (2003), Zevedei Barbbu (1980), Kanavillil Rajagopalan (2002), José Sánchez Parga (1992), entre outros. Na outra, *campos de estudos*, foram apresentados diversos estudos relativos ao campo das identidades: linguagens e espaços urbanos, identidade e cultura regional, política cultural.

O segundo programa, *Identidades: percursos metodológicos e historiografia*, de autoria das docentes Libertad Borges Bittencourt e Fabiana de Souza Fredrigo, descreve a seguinte Ementa: “Pretende-se avaliar as possibilidades de pesquisa e produção científica no campo das identidades”.

O curso foi estruturado tomando por base quatro unidades articuladas para viabilizar a temática sugerida, objetivando a instrumentalização dos alunos quanto às possibilidades da investigação e da produção científica nos estudos identitários, destacando como objeto de pesquisa a América Latina.

Ambas as propostas revelam um novo olhar historiográfico atualizando-se com as novas tendências teóricas voltadas para a compreensão de construções de identidades em diferentes épocas e espaços.

Enfim, para o desenvolvimento desse artigo estruturou-se o seu corpo de trabalho em quadro blocos: Itinerários Metodológicos; Trajetórias sobre a Ideia de América Latina; História e Historiografia e Campos de Estudos.

² VIII ANPLAHC, Vitória/ES (2008), temas das mesas-redondas, com a questão das identidades presente em seus títulos.

Itinerários metodológicos

Nesse primeiro bloco, foram priorizadas, como início de exposição, as proposições teóricas sobre as identidades que perpassaram todos os debates nos diferentes tópicos dos cursos das unidades programáticas, revelando, desde já, uma complexidade teórica peculiar no âmbito dos estudos históricos.

Isto porque, conforme Parga (1992), poucos fenômenos socioculturais têm mostrado maior plasticidade em relação às mudanças ocorridas durante a última década como a *produção de identidade*. Até a Segunda Guerra, a identidade sempre foi pensada no singular, fruto do individualismo e do racionalismo iluminista, e posteriormente a esse acontecimento é que se começou a pensar a identidade como coletiva, um fenômeno dinâmico com grande faixa de variações modais e graus de realização.

Para Barbbu (1980), identidade conota diferença, autoconfinamento, autodefinição, isolamento, em síntese, qualquer coisa de completamente alheio e exterior à lógica de estrutura. A identidade é um fenômeno em transe, quase sempre frágil, entre a pura igualdade e a alteridade pura, seja dos indivíduos, das coletividades – estado e nação –, dos objetos de estudo e análise como língua e pátria. A identidade é um contínuo construído. De todas as identidades, a do indivíduo é a mais difícil de ser pensada, pois está em constante processo de (re)construção e representação e é por meio dessa que novas identidades são constantemente afirmadas e reivindicadas, ou seja, identidades se manifestam quando há quem as reivindique com empenho e fervor contínuos (Rajagoplan, 2002).

A emergência desse fenômeno está relacionada com a pluralização e heterogeneidade das sociedades contemporâneas globalizadas, que desde os anos 1970 e, sobretudo, nos anos 1980. Esse feito impõe uma urgente tarefa de revisão das tradicionais abordagens incapazes de determinar a especificidade dessas novas relações que surgem com peculiaridades políticas e culturais e, portanto, requer um novo tratamento teórico-metodológico para a apreensão desses processos históricos. Isto porque essa história tem produzido uma multiplicidade de histórias e narrativas individuais.

É no contexto desse novo cenário que foi possível a emergência do conceito identidade nos estudos históricos, alvo das atenções dos historiadores e pesquisadores da área das ciências humanas e sociais, nos últimos trinta anos, em diversos países do mundo.

Atualmente, em razão da dinâmica acelerada das sociedades globalizadas, têm-se produzido novos autores sociais e culturais, diferentes daqueles das décadas anteriores, portadores de identidades segmentárias, imediatas e circunstanciais (Parga, 1992).

No entanto, conforme Prado (2009), alguns intelectuais das ciências humanas começaram a decretar o fim das identidades e a diminuta eficácia das análises sobre o tema. Tal argumento, entre outros, sustenta-se na afirmação de que identidade/alteridade não se sustenta por si só. As fronteiras e os limites que separariam esse binômio estão sempre abertos, porosos e permeáveis. Em defesa do valor teórico da identidade no tratamento das pluralidades sociais e culturais, em especial, na América Latina, um contra-argumento:

[...] creio que não se pode pensar as identidades como casulos fechados e permanentes. O “outro” penetra por pequenas janelas semi-abertas ou por minúsculas brechas no arcabouço do discurso oficial construído. Talvez não vivemos os tempos áureos das identidades na América Latina. Entretanto, creio que elas continuam produzindo sentimento de pertencimento e levantando discussões políticas apaixonadas. Desse modo, penso que a discussão sobre as identidades não perdeu sua importância e seu vigor e que o historiador precisa manter o olhar crítico para melhor entendê-las (Prado, 2009, p. 15).

As investigações teóricas sobre a construção das identidades ganharam, com os *estudos pós-coloniais*, novas possibilidades de leituras, ampliando o leque de pesquisa sobre a América Latina e as demais regiões do mundo que vivenciaram a colonização europeia e, posteriormente, o processo de descolonização. Essas, com o advento da modernidade e pós-modernidade, precisam repensar suas relações históricas e atuais no novo cenário em que estão inseridas. A pós-colonialidade se constituiu como tal no decorrer das décadas de 1980 e 1990, resultado da síntese do pós-colonialismo, iniciado nos anos 1960. De caráter transversal, emergiu do campo da teoria literária de países ingleses (EUA/Austrália) e da França e mais tarde no mundo hispânico (México). O Brasil ainda não tem uma posição teórica sobre os estudos pós-coloniais.

Da teoria literária, o pós-colonialismo passou por vários campos de conhecimentos e foi absorvido, posteriormente, pela história, abarcando três diferentes ênfases, eixos, perspectivas: o pós-colonial como teoria, a situação global/contemporânea pós-independência dos países africanos (1960/1970) e as condições políticas dos estados nacionais pós-colonialismo. Por ser uma área recente nos estudos históricos, não apresenta consenso, pelo contrário, existem muitas discordâncias a seu respeito; portanto, não é um debate acabado.

O primeiro problema apresentado é o da definição conceitual: “áreas de estudos” ou uma “teoria

pós-colonial”? Tais questionamentos envolvem disputas teóricas nos espaços acadêmicos. Segundo Alvares (2000), trata-se de um “pós” do gesto de “abrir espaços”, por ser posterior a algo, mas também por rejeitar os aspectos “de” algo. As perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das “minorias” nas divisões geopolíticas de Leste, Oeste, Norte, Sul.

O *pós-colonial* procura dar voz à alteridade que a “vontade de saber” dominante dentro de si mesma se manifesta, criando, assim, a exclusão dessa mesma alteridade. Pela ênfase dada à temática da alteridade, tende-se a transcender as consequências do colonialismo como frente de combate a qualquer grupo que se sinta discriminado em relação à norma prevaiente – seja esta étnica, social ou sexual – e que procure implementar uma política de identidade por meio da afirmação da diferença.

Ao se pensar nos seus próprios termos – colonialismo –, outros cuidados devem ser tomados ante as possíveis generalizações para não colocar todo processo numa mesma perspectiva.

Depreende-se, assim, que o termo “pós-colonial” não servirá tanto para contrastar a sociedade atual com a anterior à descolonização, adequando-se mais à necessidade de realçar uma nova leitura da “colonização” como parte de um processo global de raiz transnacional e transcultural, incitando a elaboração de versões descentradas, diaspóricas ou globais das grandes narrativas que revolvem em torno da nação.

O seu valor teórico reside precisamente na recusa de classificações como “aqui” e “ali”, “passado” e “presente”, o estar-se em “casa” em contraposição ao “estrangeiro”. O conceito de “global” não se refere à categoria do universal, embora também não seja específico à nação ou à sociedade. Terá, antes, a ver com o processo pelo qual o inter-relacionamento diaspórico lateral e transversal simultaneamente suplementa e desloca a dicotomia centro e periferia, por um lado, bem como, por outro, a forma como o global e o local se reorganizam e se reestruturam reciprocamente.

A questão da diáspora foi contemplada neste tópico graças à sua importância para o entendimento das complexas categorias nação e identidade, numa era de globalização crescente, em regiões como a do Caribe, onde o conceito de diáspora é mais familiar.

Assim, questiona Hall (2003):

Que luz então, a experiência da diáspora lança sobre as questões da identidade cultural no Caribe? Já que esta é uma questão conceitual e epistemológica, além de empírica, o que a experiência da diáspora causa a nossos modelos de identidade cultural? Como podemos conceber ou imaginar a identidade, a diferença e o pertencimento, após a diáspora? (Hall, 2003, p. 26).

Como o Caribe tem suas raízes na Europa, África e Ásia, essas foram forçadas a se juntar no quarto canto do globo, o Novo Mundo e, portanto, suas rotas são tudo, menos “puras”, híbridas. Essa impureza, tão frequentemente construída como carga e perda, é em si mesma uma condição necessária à sua modernidade. Portanto, o Caribe é exemplo de uma diáspora moderna, a “volta ao lugar onde estávamos antes” (Hall, 2003, p. 27). Moderna, porque antes da globalização a “modernidade” era transmitida de um único centro e, hoje, ela não possui mais esse eixo, ou seja, ela está por toda parte.

O conceito de diáspora está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um “Outro”, de uma oposição rígida entre o dentro e o fora. Ou seja, grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam valendo-se dos materiais a eles transmitidos pela cultura metropolitana dominante. A esse processo dá-se o nome de “zona de contato”, um termo que invoca “a co-presença espacial e temporal dos sujeitos anteriormente isolados por disjunções geográficas e históricas cuja trajetória agora se cruza” (Hall, 2003, p. 31).

Destarte, é importante ver essa perspectiva diaspórica da cultura como uma subversão dos modelos culturais tradicionais orientados para a nação. Como outros processos globalizantes, a globalização cultural é desterritorializante em seus efeitos. Sua compreensão espacial e temporal, impulsionada pelas novas tecnologias, afrouxa os laços entre a cultura e o “lugar”.

Por todo o planeta, “os processos das chamadas migrações livres e forçadas estão mudando de composição, diversificando as culturas e pluralizando as identidades culturais dos antigos Estados-nação dominantes, das antigas potências imperiais e, de fato, do próprio globo” (Hall, 2003, p. 45).

Da diáspora caribenha moderna amplia-se o espaço para a diáspora latino-americana, segundo os fragmentos do texto de Silviano Santiago (2006), *Dois máquinas textuais de diferenciação: as raízes e o labirinto*, apresentados a seguir:

[...] a evolução linear do ocidente dada pela escrita da história nossa contemporânea, obrigatoriamente ocidentalizada, pode ser relativizada, graças aos movimentos diaspóricos que pipocam nos países subdesenvolvidos e abrem brechas nos países do Primeiro Mundo. Os movimentos diaspóricos nos levam a pensar uma história plural, onde modos alternativos de compreensão da atualidade humana desabrocham e se instalam em lugares mais adequados e mais justos (Santiago, 2006, p. 39, 45).

Nesse processo, o *pachuco* guarda a marca do elemento passado – as antigas definições identitárias do

mexicano – e já se deixa corroer pela marca de sua relação com o elemento futuro (a atual diáspora latino-americana) de que é o primeiro e mais definitivo exemplo” (Santiago, 2006, p. 45, 39).

Assim, consoante Santiago (2006), a identidade latino-americana não mais se define por uma única máquina textual de diferenciação, cujo norte é nossa origem européia, *as raízes*. O *pachuco*: deserdado, migrante e pária, eleito por Octavio Paz, em *O labirinto*, é o representante do mexicano para refletir sobre a questão identitária latino-americana.

É ali e lá que se pode encontrar a singularidade latino-americana em relação ao colonialismo europeu e ao neocolonialismo norte-americano. De acordo com Santiago (2006), até os nossos dias, a questão identitária latino-americana e dos seus cidadãos permanece como produção semântica de uma máquina textual de diferenciação: a saída da máquina como *raízes*, ou como *labirinto*.

Trajetórias sobre a ideia de América Latina

América Latina: é uma, ou várias, ou nenhuma? Talvez seja apenas um rótulo que, mais do que nomear, oculta uma realidade em ebulição – algo que não tem nome próprio porque tampouco conseguiu ter uma existência própria (Paz, 1991, p. 161).

O que são as Américas? O que é América? O que é América Latina? O que são as outras Américas? Como essas designações foram, historicamente, construídas, assimiladas, difundidas, rejeitadas e criticadas? Quais os contextos, intenções, itinerários dessas ideias, seja no âmbito internacional, continental ou regional? Como se processa a identificação em relação às distintas designações? Quais são os problemas ontológicos subjacentes? E no Brasil? Quais os espaços culturais que originaram, assimilaram e difundiram essas nomenclaturas? O que mudou? O que permaneceu? E na atualidade, com os 200 anos de emancipação latino-americana, quais são os embates, as discussões e os projetos americanistas?

Essas interrogações remetem às diversas terminologias atribuídas à “América”, desde a sua implementação até o presente. E, mais especificamente, a trajetória dos diversos nomes utilizados para identificar a porção meridional do continente americano nos contextos determinados dessas nomenclaturas no âmbito geográfico, político, cultural, social, econômico e linguístico.

Para tanto, faz-se necessário investigar as origens, difusões e rejeições desses termos utilizados e as concepções, projetos e ideologias subjacentes aos mesmos, sejam

eles: Civilização Americana, América Latina, América Barroca, América Hispânica, América Ibérica, América Espanhola, Gran Caribe, Comunidad Iberoamericana de Naciones, entre outros.

É necessário, ainda, averiguar como essas denominações fizeram contraponto ou se submeteram àquelas assumidas pelos Estados Unidos da América: América, América anglo-saxônica, Estados Unidos da América, Grande Irmão do Norte, entre outras.

Esta perspectiva pode parecer redundante, mas desvela a crise ontológica que promove a investigação americanista. A perda do nome América para os outros americanos (EUA) persiste, ainda hoje, para referir-se à entidade cultural, geograficamente situada na porção meridional do continente. A resistência ou assimilação da entrega do nome envolve a problemática do enfrentamento das culturas anglo-saxônica e ibérico-latina e sua influência no discurso americanista. Segundo Theodoro (1992), vale lembrar, como exemplo, o sentido poético, romântico, institucional, que os norte-americanos conferem ao seu país, a “América”, como no poema de Walt Whitman “All America”. Assim, acreditamos que a afirmação e a identificação latino-americana esteja interligada com este referencial antológico de persistência histórica, o que nos leva à seguinte indagação: o que somos?

Nesse terceiro bloco, os textos *As várias Américas: visões do século XIX*, de Luís Cláudio Villafañe Santos, *O Brasil e a América Latina denegada*, de Leandro Karnal e *O Brasil no epistolário de Simón Bolívar*, de Fabiana de Souza Fredrigo, trazem valiosas contribuições intelectuais para o assunto em pauta.

Santos (2003) discorre sobre a evolução da ideia de América desde sua “invenção” pelos colonizadores europeus, tendo como sentido a demarcação do “outro”, até a criação das primeiras definições próprias a partir do século XIX e atualizadas no século XX.

Com a independência dos países americanos, muitas formulações foram tentadas visando à construção de um sistema interamericano. A ideia da unidade da região nasceu com a própria emancipação e foi sendo transformada em variadas formas de identidades nos séculos XIX e XX.

Após o processo independentista e no decorrer do século XIX, a denominação América Latina foi inventada com o intuito de marcar certa identidade para a região. Santos (2003) alerta que, a despeito das controvérsias, a expressão foi paulatinamente sendo utilizada até tornar-se hegemônica. Este termo geral se difundiu e se manteve, porque havia – e ainda há – uma ampla aceitação de que é possível olhar a região como um todo, pois ela carrega múltiplas similitudes culturais e políticas.

A partir do século XX tentou-se de forma im-perfeita a construção de uma possível unidade política em torno da União Pan-Americana e da OEA, e, mais recentemente, no plano econômico, com a proeminência dos EUA, novas iniciativas foram viabilizadas, como a proposta de união aduaneira (1889) e da criação da ALCA.

Uma idéia de América consensual e compartilhada por todos os povos americanos ainda é, no entanto, um objetivo irrealizado. Temática discutida por Leandro Karnal (2000), em seu texto *Brasil e América Latina: história denegada*, ao examinar, historicamente, as difíceis relações entre o Brasil e o restante da América Latina e as raízes desse problema entre os países do “subcontinente”.

Mesmo sob a denominação de América Latina, criada ainda no século XIX, tentou-se abarcar e minimizar, num só bloco, as diferenças entre as colônias ibéricas; o processo de emancipação e afirmação dos estados nacionais latino-americanos não conseguiu superar este antagonismo histórico. O autor percorre esta trajetória de denegação, por parte dos brasileiros em relação à América Latina, atualizando-a para o século XX e até mais atualmente. E, com posição conformista, afirma:

Essa parece ter sido a postura da sociedade brasileira em relação à questão da América. É óbvio que, com frequência, a recíproca foi verdadeira. Nossos vizinhos também nos denegaram. Como isso ocorreu? (Karnal, 2000, p. 92).

Esse questionamento de Karnal (2000) serve como gancho para introduzir o texto de Fredrigo, segundo resumo próprio da autora:

A análise dos processos de independência nas Américas permite observar que as estratégias políticas adotadas pela América Portuguesa, de um lado, e pela América Hispânica, de outro, motivaram o cultivo da denegação entre essas porções do território americano (Fredrigo, 1996, p. 1).

Os dois textos são complementares no que diz respeito ao tema da denegação entre o Brasil e a América hispânica, mas se diferenciam. Karnal (2000) parte da indiferença brasileira em relação aos demais países latino-americanos, investigando as raízes desse processo. Fredrigo (1996), mesmo reconhecendo o mútuo processo, o de denegação, estabelece como marco inicial a independência das ex-colônias ibéricas e suas diferenças para a avaliação do desconhecimento proposital entre as Américas. E, ao optar pelo epistolário de Simon Bolívar como fonte de sua pesquisa, reinverte a relação. Analisa nas cartas de Bolívar a sua estranheza, o desconhecimento,

a indiferença, o temor em relação à monarquia brasileira. Ou seja, o processo, também, ocorre de lá para cá. E, ainda, para a autora, denegar pode significar também desmentir, contradizer. Fredrigo (1996), ao colocar o problema da identidade como questão central desse processo, afirma que tanto o Brasil como a América hispânica preferem construir sua identidade a partir da negação mútua.

E, em síntese, sob a égide da designação “América Latina”, criada no século XIX, tentou-se minimizar as diferenças entre as colônias ibéricas. No entanto, essa nomenclatura não resolveu o impasse, visto que, após a emancipação e afirmação dos estados nacionais latino-americanos, esses não conseguiram superar tal antagonismo histórico. Em parte, porque, durante aquele processo, as estratégias políticas adotadas pela América Portuguesa, de um lado, e pela América Hispânica, de outro, desencadearam uma atitude de denegação mútua entre o Brasil e os demais países da região que persiste até hoje.

História e historiografia

Os textos trabalhados neste tópico – *Memória em transformações*, de François-Xavier Guerra; *Introducción General: para la redacción de una Historia General de América Latina*, German Carrera-Damas, e *O “longo século XX” da historiografia latino-americana contemporânea: 1870-2025? Pontos de partida para uma reconstrução*, Carlos Aguirre Rojas – visam polemizar os dilemas e as perspectivas da história e da historiografia latino-americana no Brasil.

Assim, para início de discussão, nos provoca com as seguintes indagações:

[...] por que é que a concepção do processo histórico muda continuamente, por que é que os historiadores reescrevem continuamente a história? [...] por que é que cada geração (ou quase) possui [...] a sua própria visão do processo histórico? Qual é a causa deste fato e o que é que o constitui? (Shaff, 1971, p. 268).

Quanto à história e à historiografia latino-americana, algumas reflexões particularizadas se fazem necessárias, entre elas a questão de que a memória histórica invoca novas percepções conforme o seguinte fragmento: “Esse interesse cada vez maior (pela história da Memória) provavelmente é uma reação à aceleração das mudanças sociais e culturais que ameaçam as identidades, ao separar o que somos daquilo que fomos” (Burke, 2005, p. 88).

Com esta chamada introduz-se o primeiro texto desse bloco, *Memória em transformações*, como objeto de reflexão de François-Xavier Guerra. Esse foi elaborado durante a ocasião das preparações do V Centenário da “descoberta da América”. E aí o dilema do autor:

comemorar ou rememorar? Diante desse impasse, Guerra (2003) propõe investigar as batalhas travadas em torno da memória e do esquecimento.

Trata-se de uma empreitada pretensiosa por ser uma temática ainda recente na historiografia ante a amplitude cronológica, a extensão geográfica e em razão das controvérsias teóricas entre memória propriamente dita e lembranças individuais/coletivas.

Para o autor, as construções memoriais pertencem ao domínio das representações, dos imaginários, das crenças, adquiridas graças aos mecanismos de socialização que nenhuma experiência pessoal poderia, na maior parte dos casos, nem comprovar, nem refutar. São também variáveis, pois mudam os atores, seu lugar na sociedade, seus referenciais culturais.

As construções memoriais são marcadas pela duplicidade da permanência e da variabilidade constantemente remanejadas, como é o caso extremo da América Latina: continente traumatizado por seu passado e, sobretudo, por dois macros acontecimentos: a Conquista e a Independência. Isso acarreta um duplo esquecimento (amnésia): a recusa do passado pré-colombiano e do período colonial após a emancipação política. Para melhor compreensão desse processo, Guerra (2003) organiza uma escrita estruturada em três recortes cronológicos: Período Colonial, Independência e Século XX.

No decorrer do primeiro período ocorreu o surgimento e a consolidação de uma sociedade heterogênea em processo de miscigenação, e o traumatismo da conquista estava muito presente. Os primeiros temas históricos escritos na época, tanto por cronistas conquistadores como pelas elites mestiças, estavam relacionados com as consequências da Conquista: a ruptura que ela provocou na transmissão do passado indígena e as tentativas de salvar a memória indígena de seu possível desaparecimento.

Tais empreendimentos, de difícil interpretação, conduzem a construções híbridas e contraditórias, pois os autores, pertencentes às elites hispano-indigenistas, se propunham antes de tudo a integrar os povos indígenas na história da salvação; daí uma visão de história regida pelo providencialismo cristão.

Assim, a “memória coletiva” do conjunto das sociedades americanas, especialmente a América Espanhola, é uma história sacra e política – a das antigas autoridades indígenas e a do rei da Espanha – presente mesmo após a independência. A legitimação do poder político e religioso raramente contestado no período colonial manifestou-se ainda na véspera da independência.

Durante o século XIX, após uma independência inesperada, a questão primordial era a de dotar os novos Estados de um passado capaz de legitimar sua existência como nação. Uma visão do passado enraizado

nas sociedades coloniais sofreu questionamento radical com a independência, sobretudo na América Espanhola, representando um corte rigoroso entre duas épocas, o começo das origens e um novo tempo: época das grandes comemorações e festas nacionais.

Nesse sentido, a independência inaugurou uma dupla ruptura: a primeira, com o Antigo Regime (separação da Metrópole e do Rei) e a segunda, a desintegração da Monarquia espanhola e o aparecimento dos novos estados soberanos.

Após a independência, a elite hegemônica articulou uma estratégia política de criação de uma nação, no sentido cultural, concebida como uma comunidade de identidade comum feita com base numa memória compartilhada. A construção da nação e a nova visão do passado aparecem como empreendimentos complexos; daí a necessidade, por parte das elites dominantes, de construir um imaginário nacional coerente e de elaborar uma memória racional.

É o triunfo do espaço público moderno, empregando diversos meios e estratégias: livros de história da pátria, instituições encarregadas de dizer a verdade sobre a história nacional.

O objetivo prioritário era o de transformar uma população heterogênea num único povo unificado pela adesão a uma visão comum do passado. Assim, foi criado, entre outros, o panteão dos grandes homens da pátria (civis, militares, sábios, legisladores) identificados como homens da independência, fundadores das novas nações.

Quanto ao século XX, este, para Guerra (2003), foi o tempo das crises, dos questionamentos múltiplos e de tentativas relativamente bem-sucedidas de reinterpretação de nosso passado latino-americano.

Com o advento do centenário da independência, o modelo do século XIX entra em crise política e cultural, resultado paradoxal do próprio sucesso da estabilização política e modernização econômica, administrativa e educativa do final século XIX.

O novo modelo tornou-se exitoso com a adesão de parte significativa da sociedade ao projeto de “nação”. Inicia-se a crítica antioligárquica e a contestação do modelo liberal de nação, reivindicando raízes próprias, diferentemente em cada país.

Num primeiro momento, ocorreu a valorização da herança hispânica e a exaltação dos valores espanhóis. Reintegra-se o período colonial na história nacional. Num segundo, com a influência da antropologia, destacam-se dois outros fenômenos: a profissionalização da história e a reivindicação da mestiçagem, que irão minar a história oficial, a história da pátria.

O texto seguinte, de Carrera-Damas (2006), é uma introdução geral ao volume IX de um macroprojeto, elaborado pela UNESCO, intitulado: *Historia General de*

América Latina. Com essa finalidade, o autor, ao analisar os problemas e as perspectivas da história da historiografia latino-americana, infere que a história das sociedades latino-americanas tem sido escrita, notadamente, pela elite crioula. Esta, esforçando-se para diferenciar-se dos segmentos populares (aborígenes), aproximou-se, salvo exceções, da visão eurocêntrica sobre a América Latina. Com o intuito de superar esta abordagem historiográfica, o autor sugere: “El logro de estos objetivos exige una revisión del modo de relación de dichas sociedades con la ‘historia universal’, con las sociedades aborígenes, con la población africana trasladada a América y con las sucesivas presencias migratorias” (Carrera-Damas, 2006, p. 18).

Em relação ao último texto da unidade, história da historiografia latino-americana do século XX, o seguinte trecho introduz e polemiza resumidamente o referido tópico:

Apesar do enorme desenvolvimento e das sensíveis mudanças que, nas últimas três décadas, viveram as ciências sociais latino-americanas, não existe ainda uma história global da historiografia da América Latina no século XX, assim como não existem, em geral, nem uma história intelectual da América Latina no século XX nem uma satisfatória história geral de nosso “semicontinente” dentro desse “breve século XX” [...] (Rojas, 2004, p. 45).

O motivo dessa constatação deve-se, entre outros, à frágil tradição da América Latina em relação à história intelectual e à história da historiografia e, ainda, ao duplo conflito entre a busca de uma identidade específica e a vocação mais universalista e cosmopolita, postergando, assim, a missão de tornar a si mesma objeto de estudo.

Para tanto, Roja (2004) levanta algumas hipóteses explicativas visando elucidar a problemática da natureza singular da historiografia latino-americana, entre elas:

- a condição periférica da América Latina nos aspectos econômico, social e cultural, o que facilitou a submissão histórica dessa ao projeto europeu ocidental da modernidade;
- o atraso do processo de profissionalização acadêmica da disciplina história em relação a suas congêneres européias;
- por ser a civilização mais jovem do mundo, isso ocasionou submissão histórica e relativo descompasso de nossas nações em relação aos seus estudos históricos, mas, por outro lado, possibilitou uma rápida assimilação da historiografia produzida em outros continentes;
- além de jovem, a América Latina é também profundamente mestiça e plural, o que facilitou uma postura mais tolerante e aberta no campo

dos estudos históricos, bem como na recepção de diversas tendências historiográficas mundiais, destacando-se, assim, como uma região de rica e original história.

Sobre a historiografia latino-americana do século XX, Rojas apresenta uma periodização, visando melhor entendimento dos entraves, limites e avanços da produção histórica nessa parte do continente americano. Resumidamente, o autor estabelece cinco grandes recortes:

- 1870-1914 – etapa caracterizada pela influência da historiografia francesa e o caráter ilustrado erudito, não-profissional, latino-americano;
- 1914-1945 – trata-se de um importante período de transição histórica que se projeta em nossas respectivas historiografias nacionais;
- 1945-1968 – consolidação e legitimação social definitiva da ciência histórica europeia e, na América Latina, o avanço da profissionalização e implantação universitária da disciplina;
- 1968-1989 – inicia-se com as repercussões da revolução cultural de 1968 e finaliza com a queda do Muro de Berlim. Na América Latina, esta etapa caracteriza-se por profundas transformações na historiografia regional, especialmente pela superação da história positivista e a ampla difusão das duas matrizes da historiografia contemporânea: a corrente francesa dos *Annales* e as várias expressões do marxismo do século XX.
- 1989-... – no âmbito mundial, ocorre uma inédita situação de busca consciente de diálogo multicultural entre as historiografias nacionais. Na América Latina, uma luta pela afirmação de um projeto intelectual próprio e a atualização das duas matrizes tradicionais européias: o marxismo e a Escola dos *Annales*, nas suas mais diversificadas e inovadoras tendências. Mas o principal acontecimento da etapa atual da historiografia da região foi uma abertura radical a todas as novas correntes historiográficas mundiais.

Concluindo, Rojas (2004) faz um balanço de nossa trajetória historiográfica e aponta algumas características atuais: a nova historiografia latino-americana das últimas décadas surpreende pela profundidade de enfoques e pela riqueza de resultados, pela variedade dos instrumentos analíticos e técnicos que foi capaz de desenvolver. De modo que a força do local e regional será, na América Latina, maior que em qualquer outro país, projetando-se, de muitas maneiras distintas, na vida social, política, econômica, cultural de todos os povos da região.

Isso ocorre graças à característica da América Latina: a civilização mais jovem do planeta, de nações também jovens e, portanto, de historiografias igualmente recentes. Nos termos dessa historiografia das últimas décadas, apesar de sua vitalidade e ampla difusão, essa história regional não criou ainda as teorizações e os modelos gerais que condensariam no plano teórico e metodológico as lições gerais que se poderiam derivar dessa abundante quantidade de estudos empíricos.

Uma perspectiva historiográfica global poderia constituir-se numa contribuição especificamente latino-americana ao debate historiográfico mundial hoje em curso, e “é esse o desafio mais importante e a tarefa mais urgente de nossa historiografia” (Rojas, 2004, p. 75).

Campos de estudos

Os estudos sobre as identidades oferecem um vasto campo de investigação e perspectivas para a pesquisa histórica. Apesar das dificuldades e dos desafios teórico-metodológicos a serem enfrentados e, ainda hoje, das inúmeras críticas a respeito da sistematização dessa linha de pesquisa para os estudos americanos, as identidades, como abordagem teórica, têm se firmado revelando novos olhares investigativos sobre a história das Américas.

Inúmeros trabalhos realizados em diversas universidades brasileiras vêm contribuindo para solidificar esse campo de conhecimento, demonstrando maturidade intelectual no tratamento da temática.

O último encontro da ANPHLAC, em 2008, revelou significativa presença de comunicações voltadas para essa área, expandindo substancialmente a pesquisa em história latino-americana.

Com essa perspectiva analítica, as autoras dos programas dos cursos aqui examinados selecionaram diferentes “estudos de casos”, confirmando, assim, a viabilidade da abordagem sobre as identidades como frutífera produção intelectual. Entre eles, três ensaios se distinguem graças à sua importância para o tratamento da temática e, mais ainda, por estarem voltados exclusivamente para a questão identitária americana: *Modernismo latino-americano e construção de identidades através da pintura* (Capelato, 2006), *Representações geográficas da identidade nacional – o caso norte-americano* (Oliveira, 2000) e *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos* (Prado, 1999).

Esses textos foram apresentados como possibilidades para a reflexão sobre identidade cultural nacional/regional norte-americana e latino-americana. Com esse intuito, seus autores utilizaram-se de fontes diversas: textos científicos, ensaios históricos e geográficos, pinturas naturalistas, entre outros. Em relação à América Latina, diversas fontes pictóricas, como obras dos *muralistas* mexicanos, e a literatura argentina, em especial, *Facundo*, de Sarmiento, foram documentos que subsidiaram os trabalhos desses autores.

O primeiro texto desse bloco tem como objetivo analisar as representações visuais expressas em obras de artistas plásticos latino-americanos, vinculados aos movimentos modernistas dos anos 1920, que, por intermédio da pintura, procuraram traduzir suas preocupações com a busca de identidades nacionais ou regionais.

Trata-se do ensaio de Maria Helena Capelato, que justifica a escolha da pintura (documento de cultura), graças à importância que tiveram certas obras no que se refere à representação de identidades.

O tema da identidade nacional/regional está implícito nas obras de grande parte dos pintores modernistas da América Latina desse período, daí a pretensão da autora em examinar algumas delas que expressam a preocupação com a busca de raízes culturais.

Capelato (2006), ao pensar na relação do historiador com esse tipo de documento, recorre, entre outros autores, a Manuel Antonio Castiñeras González em sua obra *Introducción al método iconográfico* como suporte metodológico para a análise das imagens. Isto porque, para a autora, González se revelou fundamental para o desenvolvimento do seu texto, fornecendo instrumentalização necessária para o entendimento de conceitos próprios da linguagem iconográfica e pistas para a reflexão sobre o papel da arte como meio de transmissão de formas e ideias.

Para a autora, o modernismo latino-americano, ainda que orientado por perspectivas comuns, apresenta características distintas; portanto, pode-se afirmar que o movimento foi plural e heterogêneo.

Essa diversidade enriqueceu a produção artística da América Latina, naquele período, produto de releituras originais das propostas europeias realizadas com base em filtros nacionais ou regionais, promovendo frutíferos intercâmbios culturais regionais e expressividade no exterior.

A busca de raízes que significou tentativas de criação de novas formas identitárias, que são datadas, desvenda, no entanto, a inquietação dos artistas com os problemas enfrentados pelas sociedades onde atuaram.

A busca de novas formas de identidade nacional/regional, na América latina dos anos 1920, surgiu como tentativa de compreensão das transformações da época e dos desafios que elas colocavam para os que se sentiam responsáveis pelos destinos do mundo que viviam.

No segundo bloco, os textos *Natureza e identidade nacional nas Américas: representações geográficas da identidade nacional – o caso norte-americano* (Lucia Lippi Oliveira) e *Natureza e identidade nacional nas Américas* (Prado, 1999) subsidiaram as intenções expressas no título da Unidade.

O primeiro texto, utilizando como documento a tese de Frederick Jackson, Turner, *O significado da fronteira na história americana* (1893), objetiva analisar a identidade nacional correlacionada à questão das representações

geográficas na cultura norte-americana valendo-se do tema da fronteira na historiografia norte-americana.

Ao partir do conceito de fronteira: “tipo de junção de espaço, simbólico, ideológico e material” (Oliveira, 2000, p. 117), a autora advoga a tese de que o estabelecimento de instituições econômicas advindas da imensa quantidade de terras disponíveis colocou a história americana fora do padrão europeu. Os americanos, movendo-se para o oeste e dominando a natureza, tornaram-se um império da liberdade e da regeneração da virtude; deixando a história para trás, conseguiram construir seu destino no reino da natureza (Oliveira, 2000).

A autora nos lembra que tanto a história da nação como a geografia estabelecem estreitos diálogos com a formação da identidade nacional.

Para Prado (1999), que recorre à história comparada para o desenvolvimento de seu texto, as interpretações de Sarmiento e Turner passam pelos mesmos temas, ou seja, a natureza selvagem, a solidão das planícies, as grandes extensões de terras vazias em que o homem entra em contato com a natureza. Enquanto o norte-americano retira desse encontro a esperança de um futuro radioso, de um país democrático, para o qual contribuíram o individualismo enérgico e o meio bruto do pioneiro, o argentino entende esse contato como o produtor do despotismo, da ausência da *res publica* e da transformação do gaúcho em bárbaro. Por outro lado, é preciso salientar que essas “interpretações pesam sobre a sociedade e contribuem para a configuração de uma auto-imagem nacional mais positiva ou mais negativa” (Prado, 1999, p. 215-216).

Em resumo, o ano de 2010 foi um momento frutífero de reflexões sobre os estados-nações hispano-americanos. Ao associar os indícios das independências às comemorações do bicentenário, é necessário refletir, tendo em vista as atuais proposições históricas contemporâneas, sobre o processo de construção das identidades latino-americanas.

Referências

- ALVARES, C. 2000. Teoria pós-colonial, uma abordagem sintética. In: J.A. B. de MIRANDA; E.P. COELHO (orgs.), *Revista de Comunicação e Linguagens – Tendências da Cultura Contemporânea*. Lisboa, Relógio d'Água.
- BARBBU, Z. 1980. *O conceito de identidade na encruzilhada*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/Edunb, 203 p.
- BHABHA, H.K. 2003. *O local da cultura*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 198 p.
- BURKE, P. 2005. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 191 p.
- CAPELATO, M.H.R. 2006. Modernismo latino-americano e construção de identidades através da pintura. *Revista de História*, 153:251-282.
- CARRERA-DAMAS, G. 2006. Introducción General: para la redacción de una Historia General de América Latina. In: E.R. MARTINS; H.P. BRIGNOLI, *Teoría y metodología en la Historia de América Latina*. França/Espanha, Ediciones UNESCO/Editorial, p. 13-23.
- FREDRIGO, F.S. 1996. O Brasil no epistolário de Simón Bolívar. *História e Revista*, 1(1):89-116.
- GRUZINSKI, S. 2003. *A Guerra das Imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner*. São Paulo, Companhia das Letras, 348 p.
- GUERRA, F.X. 2003. Memórias em transformação. *Revista eletrônica da ANPHILAC*, 3:04-25. Disponível em: <http://www.anphlac.hpg.ig.com.br/revista3.htm>. Acessado em: 13/05/2010.
- HALL, S. 2003. *Da diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, p. 434.
- KARNAL, L. 2000. O Brasil e a América Latina denegada. *Ciências e Letras*, 28:99-110.
- OLIVEIRA, L.L. 2000. Representações Geográficas da identidade nacional – o caso norte-americano. In: L.L. OLIVEIRA, *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte, Editora UFMG, p. 115-126.
- PARGA, J.S. 1992. Producciones de identidad e identidades Colectivas. In: J.S. PARGA, *Identidades y sociedad*. Quito, CELA, p. 9-41.
- PAZ, O. 1991. Poesia latino-americana. In: O. PAZ, *Convergências: ensaios sobre arte e literatura*. Rio de Janeiro, Rocco, p. 161-173.
- PRADO, M.L.C. 1999. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo/Bauru, EDUSP/EDUSC, 228 p.
- PRADO, M.L.C. 2009. Identidades latinoamericanas (1870-1930). In: E.A. MORA, E.P. CARBÓ (orgs.), *Historia General de América Latina – Volumen VII: Los proyectos nacionales latinoamericanos: sus instrumentos y articulación, 1870-1930*. Madrid, Ediciones UNESCO/Editorial Trotta, vol. VII, p. 583-615.
- RAJAGOPALAN, K. 2002. A construção de identidades e a política de representação. In: A.B.D.C. FARIA; L.M.A. FERREIRA; J. GONDAR; E.G.D. ORRICO; A.C.M.D. SANTOS (orgs.), *Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro, DP&A, p. 77-87.
- ROJAS, C.A. 2004. O “longo século XX” da historiografia latino-americana contemporânea: 1870-2025? Pontos de partida para uma reconstrução. In: C.A. ROJAS, *América Latina: história e presente*. Campinas, Papirus, p. 45-76.
- SANTIAGO, S. 2006. Duas máquinas textuais de diferenciação: as raízes e o labirinto. In: S. SANTIAGO, *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro, Rocco, p. 33-52.
- SANTOS, L.C.V. 2003. As várias Américas: visões do século XIX. *Estudos de História: Revista de Pós-Graduação em História da UNESP*, 10(1):11-28.
- SCHAFF, A. 1971. *História e Verdade*. São Paulo, Martins Fontes, 268 p.
- THEODORO, J. 1992. *América barroca – temas e variações*. São Paulo, EDUSP-Nova Fronteira, 143 p.

Submetido em: 28/04/2010

Aceito em: 12/05/2010

Luiz Fernando Silva Prado
Universidade Estadual de Goiás
Rua Dona Maria Joana, Qd. 14,
115-0, Setor Sul
74083-140, Goiânia, GO, Brasil